

2º Exame de Ordem - 2ª fase - 1996

Direito Comercial

1. Minutar embargos ao pedido de falência, fundamentando os mesmos em qualquer das hipóteses do art. 4º da Lei Falimentar.
2. João, como mandatário de José, assinou em favor de Manoel recibo de venda de uma partida de tecidos. Manoel ao receber a mercadoria constatou a existência de defeitos que a tornavam imprestável e quer devolvê-la. A quem devolverá? Para João ou para José? Por quê?
3. João executou José para cobrar-lhe o valor de uma nota promissória. José ofereceu embargos alegando não ser sua a assinatura como emitente. Feito o exame grafotécnico, ficou comprovada a falsidade. João, então, executou o avalista Manoel que embargou a execução alegando que, sendo nula a assinatura, nenhum valor tem o aval. Manoel está certo ou errado? Por quê?
4. Citar uma hipótese de existência de mandato implícito em outro contrato.
5. Quais são os atributos dos títulos de crédito, definindo um deles.
6. João vendeu a José máquina de beneficiar arroz com a cláusula de preferência, isto é, reservando para si o direito de tornar a comprá-la quando o comprador quisesse revendê-la. Mas o comprador revendeu a terceiros sem oferecê-la a quem lhe vendeu. Este tem direito a indenização ou pode reivindicar a máquina já em mão do terceiro comprador?

Direito Administrativo

1. Elaboração, no exercício de atividade de consultoria jurídica, de um parecer:

O Departamento de Recursos Humanos de uma autarquia, junto à qual você exerce, como advogado da União, mediante designação, funções de consultoria jurídica, pede-lhe que emita parecer sobre a seguinte hipótese:

"A Constituição da República garante aos servidores públicos civis (art. 39, *caput*) o direito à livre associação sindical e o de greve (art. 37, VI e VIII). Pode a autarquia celebrar com seus servidores públicos civis convenção ou acordo coletivo de trabalho?"

2. A empresa da qual você é advogado, inscrita regularmente no Cadastro Central de Fornecedores da Administração Pública e credenciada, em razão dessa circunstância, a participar de licitações sob modalidade tomada de preços, não se conforma com a escolha, pela Administração, da modalidade concorrência para a licitação de uma obra que, pelo valor, poderia realizar-se mediante tomada de preços, e lhe pergunta sobre a legitimidade dessa opção administrativa: Que opinião você expenderia a respeito?
3. Servidor público estável responde a processo administrativo, em que lhe é assegurada ampla defesa e, ainda assim, é demitido. Constituído advogado dele, para defendê-lo em processo-crime pelo mesmo fato, você consegue absolvê-lo por falta de provas. Poderia a absolvição a esse fundamento repercutir na esfera administrativa para desconstituição, sem sombra de dúvida, da demissão?
4. A ascensão ainda subsiste como forma derivada de provimento de cargos públicos efetivos?
5. A União pode desapropriar bens públicos estaduais?

6. A propriedade urbana deve cumprir sua função social. Qual é, se único, ou quais são, se vários, o ou os critérios segundo os quais deve ser aferido o cumprimento pela propriedade urbana de sua função social?

Direito Tributário

1. O Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a cobrança do Adicional de Imposto de Renda feita pelos Estados, previstos na redação original do artigo 155, II da Constituição Federal, sob o fundamento de que dependia de Lei Complementar.

Na qualidade de advogado, tendo sido procurado por contribuinte que recolheu este tributo, elabore a competente petição inicial para obter a quantia paga indevidamente.

2. É legítima a cobrança, pelo Município do Rio de Janeiro, do Imposto Predial (IPTU) sobre bem imóvel de propriedade da União Federal?

3. Distinguir a obrigação tributária principal da obrigação tributária acessória.

4. Quem tem competência para instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia?

5. O menor impúbere pode ser sujeito passivo de obrigação tributária?

6. O Presidente da República pode, validamente, conceder isenção de imposto de competência da União através de Decreto?

Direito Trabalhista

1. Carlos Augusto foi admitido na firma Pedrosa Lima em 01/02/1990, percebendo por mês a quantia de R\$ 600,00, na função de Auxiliar de Escritório, com horário das 8:00 às 17:00 horas, diariamente, de 2ª a 6ª feira, com uma hora para refeição.

Acontece, todavia, que a empregante não vem pagando o seu salário há cerca de 3 meses, não fazendo o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem assim outros encargos inerentes ao vínculo de emprego.

O empregado, em face da inadimplência do empregador, pretende não dar continuidade ao contrato de trabalho.

Levando em consideração os fatos narrados, formular Reclamação Trabalhista, postulando as verbas consideradas devidas em face do contrato de trabalho, cujo advogado contratado, chama-se Alaor.

2. O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o 13º Salário?

3. As horas extras prestadas com habitualidade integram o 13º Salário?

4. O Adicional de Insalubridade pago em caráter permanente, integra a remuneração para o cálculo de indenização?

5. O empregado afastado do serviço para cumprimento de exigências do serviço militar obrigatório faz jus ao salário?

6. O empregado doméstico faz jus ao recebimento da gratificação de Natal? Fundamentar.

Direito Civil

1. Elaborar petição inicial de ação ordinária de ressarcimento por danos materiais e morais contra o Estado, por morte de prisioneiro em uma de suas dependências.
2. Antônio vendeu um imóvel rural para Silvio, cujo preço foi representado por seis notas promissórias no valor de R\$ 10.000,00 cada uma com vencimentos sucessivos a partir de 15/07/96, conforme devidamente constou da escritura pública de compra e venda. Deixando Silvio de efetuar o pagamento de três notas promissórias, poderá Antonio desfazer a venda considerando-se o caráter *pró-soluto* das letras emitidas? Como advogado de Antonio que solução daria ao caso?
3. João, viúvo de Maria, com quem era casado sob o regime de separação de bens, pretende se habilitar como seu único herdeiro tendo em vista que a finada não deixou descendentes ou ascendentes. Os irmãos de Maria se opõem alegando que João não possui tal direito. Como advogado de João responda, fundamentadamente, quanto à sua pretensão.
4. Arnóbio vem utilizando um telefone residencial de Bernardo que ficara instalado em imóvel por este vendido àquele. Tal fato ocorreu há três anos, aliás, o mesmo tempo que vem utilizando o aparelho. Creso, amigo de Bernardo não cobrando aluguel estaria abandonado o bem, diante da inexistência de contrato expresso. Bernardo realmente corre algum risco? Responda fundamentando.
5. João fora constituído procurador de Alberto para outorgar escritura de promessa de compra e venda e bem assim escritura definitiva de imóvel vendido a José. O preço de venda foi parcelado em duas vezes e integralmente cumprido pelo adquirente. Vindo Alberto a falecer antes da outorga da escritura definitiva, poderia ainda João valer-se daquele instrumento de mandato?
6. As cláusulas que estabelecem nos contratos de locação que a escolha de um novo índice, na falta daquele pactuado anteriormente, ficará ao arbítrio do locador, tem valor legal? Responda justificadamente.

Direito Penal

1. Pedro Paulo foi denunciado como incurso no artigo 137 do Código Penal, vindo e ser posteriormente absolvido. Inconformado com a sentença absolutória, o Ministério Público interpõe recurso de apelação perante o Egrégio Tribunal de Alçada Criminal. A 4ª Câmara do mencionado Tribunal dá provimento ao recurso por unanimidade, para condenar Pedro Paulo à pena de 30 (trinta) dias-multa.

O recorrido interpõe embargos de declaração alegando omissão do acórdão, tendo em vista não ter aquela Câmara se manifestado a respeito da aplicação da Lei nº 9.099/95. Os embargos são rejeitados.

Elabore peça processual adequada ao caso acima descrito, em sendo você advogado de Pedro Paulo.

Advogado: Osmar Ferreira

2. Qual a importância das normas relativas ao ônus da prova em caso de o juiz encontrar-se em dúvida acerca da decisão a proferir?
3. Qual o significado, no processo penal, da garantia constitucional do devido processo legal?

4. Formule exemplo de hipótese de erro de tipo em crime comissivo por omissão.

5. A, B e C planejam minuciosamente o assalto a um banco, fotografando seu interior, adquirindo armas e carros. No dia acertado para o assalto, verificam a presença de policiais nas imediações e desistem de prosseguir com o plano, sem mesmo parar o carro. Qual a situação jurídica das personagens?

6. Juca se encontra num cinema superlotado, onde alguém, a certa altura, grita "fogo". Todos procuram sair e nesta confusão Juca pisa na cabeça de Patrício, causando gravíssima lesão. Verifica-se posteriormente que não havia fogo nenhum, tratando-se de brincadeira de rapazes irresponsáveis. Juca é processado por lesões corporais. De que defesa dispõe e qual a eficácia de seus argumentos?